

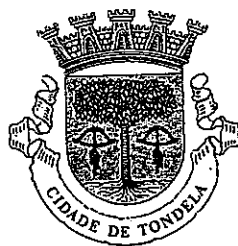
3

ACTAS DO IV ENCONTRO NACIONAL  
DE  
MUSEOLOGIA E AUTARQUIAS

TONDELA

(29 a 31 de Outubro de 1993)

Coordenação de João Manuel Diogo



CÂMARA MUNICIPAL DE TONDELA  
1999

## Porquê conservar o Património Cultural? Um percurso pelas relações entre memória, identidade e desenvolvimento

Ana Margarida Serra Ferreira

### SÃO OS RIOS

*Somos o tempo. Somos a famosa  
parábola de Heraclito o Obscuro.  
Somos a água, e não o diamante duro,  
a que se perde, não a que repousa.  
Somos o rio e somos aquele grego  
que se olha no rio. A sua visagem  
muda na água da mutável imagem,  
no vidro que muda como o fogo.*

*Somos o vão rio determinado,  
rumo ao seu mar, pela sombra cercado.  
Tudo nos diz adeus, tudo nos deixa.  
A memória não cunha moeda  
e contudo há algo que se queda  
e contudo há algo que se queixa.*

Jorge Luis Borges

### NOTA PRÉVIA

O presente texto regista uma reflexão pessoal que foi suscitada por uma motivação prática. Enquanto conservadora do Museu Municipal Dr. Santos Rocha, na Figueira da Foz, venho defendendo a necessidade de criar nele um laboratório de conservação e restauro. No seu sentido mais lato, a preservação do património cultural é uma atitude que diz respeito a todo e qualquer cidadão de acordo com a sua sensibilidade e formação. Já o conceito de conservação tem um sentido muito mais interventivo e institucional. Conservar e restaurar implica analisar, decidir, investir meios financeiros e humanos, implica a existência de vontade política e de planificação a curto, médio e longo prazo.

Na hora actual, no nosso país, a área da conservação é a grande ausente do discurso oficial acerca do património. Para todo o território, apenas existe um instituto nacional que se ocupa das obras de arte e um museu dotado de laboratório que se ocupa de materiais arqueológicos. E, no entanto, uma parte substancial do nosso património cultural existe inscrito em suportes materiais, mais ou menos frágeis mas sempre, em última instância, perecíveis. Ora, os institutos de conservação e restauro funcionam para a vida dos objectos como os hospitais para a vida dos homens, pelo que poder-se-á, neste contexto, comparar a actual política patrimonial a uma política de saúde sem hospitais.

A montante do trabalho de conservação existem processos, institucionalizados ou não, que conduzem à selecção dos objectos aos quais é reconhecido valor suficiente para serem referendados como objectos patrimoniais. Alçados a essa categoria, conferem-se-lhe protecções especiais e pressupõe-se que devem ser conservados *ad aeternum*. Tradicionalmente o património móvel é colocado à guarda dos museus. Raramente estes são constituídos de raiz com a função de olhar um território, um grupo social ou uma parcela da realidade (por exemplo a equivalente a uma disciplina científica) e seleccionar daí os registos patrimoniais cujo valor relevante os eleva à categoria de herança a transmitir. As mais das vezes, os museus nascem para satisfazer a necessidade de guardar, conservar e mostrar um património já referendado, normalmente por uma vontade individual – o gosto próprio de um colecionador com fortuna pessoal. Acontece, porém, que são estas instituições que acabam por enquadrar muitos dos *trabalhadores do património* aos quais é conferida uma autoridade própria para continuarem a seleccionar e legitimar património, o que se traduz em aumento das colecções quer por compra, quer por salvamento, quer, mais raramente, por estabelecimento de programas de investigação e devolução à estima pública de bens que, sem esse trabalho de revelação, se perderiam material e espiritualmente.

É em torno dos mecanismos prévios às operações de laboratório e tentando desvendar as razões que justificam a conservação física dos objectos patrimoniais, que registamos este percurso pelos territórios da memória, da identidade e do desenvolvimento. A escolha destes três parâmetros não obedece a uma prospecção científica, resulta antes da nossa sensibilidade e intuição. Memória, identidade e desenvolvimento têm sido objecto de reflexão por parte das ciências sociais e humanas. Este texto não se situa na perspectiva de nenhuma delas em particular. A perspectiva de quem o escreve é a de alguém que, no contexto de um museu municipal, se pergunta porquê conservar este e não aquele objecto patrimonial, porquê investir em determinado projecto e não noutro, que critérios conduzem o trabalho museológico, em nome de que horizonte teórico intervir, recolher e conservar.

## DESENVOLVIMENTO E PATRIMÓNIO CULTURAL

*«Um dia teremos, pateticamente, que inventar, sempre com atraso, o que já tivemos quando éramos atrasados».*

Boaventura de Sousa Santos

O conceito de desenvolvimento e as problemáticas que traduz têm sido estudados por diversas disciplinas científicas, entre as quais a economia, a sociologia, a antropologia e a geografia. Na orientação das diversas abordagens tem capital importância a escala geográfica e temporal em que se define o campo de estudo. É extremamente difícil para alguém que não se coloque numa perspectiva unidisciplinar abordar o problema e, contudo, sente-se, cada vez mais, a urgência de compreender global e transdisciplinarmente os fenómenos que lhe são inerentes. A tentação seria a de fazer a história da génese da ideia, da sua evolução e das suas aplicações, dos seus sucessos e dos seus fracassos. Para quem se situa no quadro da intervenção autárquica, o contributo mais próximo parece ser o dos geógrafos, particularmente daqueles que se dedicam ao planeamento regional e local. Nessa linha, José Manuel Henriques tem reflectido e valorizado a experiência portuguesa de intervenção municipal na promoção do desenvolvimento local, considerando-a de grande riqueza particularmente pelas características de protagonismo das comunidades na satisfação das suas necessidades. É, aliás, este conceito operacional de «satisfação das necessidades básicas» da população que serve de critério de referência e orientação para avaliar o grau de realização do desenvolvimento. «Não se defende porém que essa satisfação seja redutível à criação de infra-estruturas e equipamentos colectivos. Defende-se antes que o carácter básico de uma necessidade lhe é conferido pelo grau de destrutividade da sua não satisfação». Nesse sentido, a máxima destrutividade poderia ser identificada com a inviabilidade da vida humana, quer individual quer colectiva e as causas dessa inviabilidade poderiam ir desde a doença, o desemprego, a degradação socio-económica ou a perturbação irreversível dos ecossistemas naturais. Pela nossa parte acrescentaríamos a incapacidade de as populações se organizarem para prosseguirem fins comuns. Assim sendo, a identificação dos obstáculos ao desenvolvimento e dos factores de desenvolvimento deve fazer-se sempre dentro de uma comunidade concreta, situada historicamente.

Enquanto modelo de diagnóstico esta proposta parece correcta, aceitável e consensual. Já quanto às formas de intervenção, isto é, quanto à aplicação das chamadas estratégias de desenvolvimento (regional e local) o autor identifica duas correntes de pensamento: uma corrente funcionalista e outra territorialista. Reinterpretando o seu pensamento, dir-se-ia que a corrente funcionalista entende o subdesenvolvimento como atraso e este como debilidade económica, donde a injeção de capitais e a criação de empresas geraria oferta de emprego e consequentemente a transferência de populações (mão-de-obra) para regiões em vias de desenvolvimento. Assim teríamos a economia, a mão invisível dos mecanismos do

mercado, a comandar o processo e o desenvolvimento concebido como crescimento económico num quadro social sem conflitos.

Com uma orientação diferente, a corrente territorialista propõe a potenciação dos recursos internos da comunidade, acredita nas capacidades de auto-organização das populações (associações, cooperativas, mutualidades, actividades mercantis de pequena escala, autoconstrução, produção para autoconsumo, ...) para satisfação das suas necessidades básicas. Os defensores desta linha de orientação pressupõem que a identidade cultural e territorial pode desempenhar um papel decisivo na mobilização individual e colectiva para o processo de desenvolvimento. Diríamos nós, que o discurso territorialista apresenta contornos mais inteligentes e humanos do que a via funcionalista e o autor demonstra com exemplos de municípios portugueses que é possível praticar com sucesso o desenvolvimento a partir desses pressupostos<sup>1</sup>. A perspectiva territorialista integra e potencia o património cultural enquanto recurso de desenvolvimento. Atenta aos recursos endógenos e defensora do desenvolvimento integral e integrado (harmonioso), das diversas valências individuais e colectivas, considera a tradição e os vestígios materiais herdados como recurso. Neste sentido contraria a tendência funcionalista que tende a identificar desenvolvimento com modernidade e tradição com atraso/subdesenvolvimento e a considerar as formas de vida tradicional, as solidariedades vicinais ou familiares e o apego à terra, como obstáculos à mobilidade da mão-de-obra, ao investimento e aos livres mecanismos do mercado.

Após a Revolução de Abril, houve em Portugal um claro boom dos patrimónios, que foi coincidente com a afirmação do poder autárquico e com o ensaio de estratégias de desenvolvimento local numa perspectiva territorialista. É comum dizer-se hoje que existe o cansaço da revolução, que as autarquias estão atoladas num pantano financeiro, que a sociedade civil é, cada vez mais, solicitada a canalizar as suas energias para domínios de solidariedade social que tentam colmatar a falência dos estados providência.

A acreditar que o diagnóstico seja correcto, quais serão então as repercussões desta tendência sobre o nosso património cultural e sobre a qualidade do nosso desenvolvimento?

Após a adesão à comunidade europeia, o modelo de desenvolvimento praticado à escala nacional e reproduzido às escalas local e municipal, inscreve-se mais numa lógica funcionalista do que territorialista. Desde logo pressupõe que o desenvolvimento começa no sector económico, e, por isso, tem dado prioridade à construção de infra-estruturas que exigem grandes obras públicas, como a rede nacional de auto-estradas e vias rápidas ou a rede nacional de distribuição de gás natural.

O resultado é uma imensa escavação, o país inteiro esventrado de alto a baixo segundo linhas geométricas, atropelando continuamente valores ecológicos e culturais: as formações geológicas e mineralógicas singulares, as paisagens rurais e urbanas, o património arqueológico e arquitectónico, as aldeias de vida comunitária coesa.

1. Entre as experiências analisadas contam-se as dos Municípios de Castanheira de Pêra e Castelo de Vide (HENRIQUES, 1990, 113-131).

Nunca, como no quadro presente, a briga entre património e desenvolvimento foi tão grande. Parece que o património está sempre a impedir o desenvolvimento e o desenvolvimento a atropelar o património.

Existe uma flagrante contradição entre, por um lado, a reflexão teórica adquirida, no que respeita aos modelos de desenvolvimento e ao papel que neles os valores patrimoniais desempenham e, por outro, a execução quotidiana das políticas e das obras públicas. Esta contradição torna-se tanto mais desastrosa quanto parece ter-se instalado um sentimento de perda fatal dos nossos valores patrimoniais, materiais e espirituais, em favor de uma urgência cega de modernização do país, aproveitando, a todo o custo e velocidade, os fundos estruturais proporcionados pela união europeia.

Não se nega a vantagem de modernizar as infra-estruturas viárias ou os sistemas de abastecimento energético, o que se acusa é a falta de coragem para criar as condições necessárias e prévias à mudança, dentro das quais a mesma possa acontecer sem acarretar destrutividades irreversíveis.

Talvez as mesmas razões que explicam que tenhamos ainda hoje valores naturais e culturais que outros países perderam, possam também justificar que não tenhamos produzido investigação abundante e instrumentos operatórios básicos de planeamento. O que não se justifica é que continuemos a não investir meios humanos e financeiros em larga escala para fazer os levantamentos, constituir as bases de dados e a cartografia de todos os nossos recursos patrimoniais: os solos, a água, as paisagens, a arqueologia, a arquitectura, a etnografia, as tecnologias tradicionais...

Sem esses instrumentos continuará a ser impossível planear e ordenar o território com eficácia, sem destruir, sem desumanizar, sem empobrecer os lugares e as gentes.

Desde 1990<sup>2</sup>, encontram-se transpostas para o ordenamento jurídico nacional as directrizes comunitárias<sup>3</sup> que obrigam à execução de estudos de impacte, prévios à realização de projectos públicos ou privados com incidência no ambiente, compreendendo nele o quadro natural e o património cultural. Nos mesmos diplomas consagra-se direito de consulta do público «de modo a permitir uma alargada participação das entidades interessadas e dos cidadãos na apreciação do projecto»<sup>4</sup>.

É necessário dizer que estes estudos são, as mais das vezes, feitos apressadamente, que pecam por serem muito vagos e demonstram grande desconhecimento do território, que a sua discussão não tem sido estimulada e, por último, que falta força executória para fazer aplicar as medidas mitigadoras dos impactes negativos.

Com tantas limitações a um planeamento correcto, é obvio que os atropelos se sucedem e acabam por ser encarados como inevitáveis, tanto mais que, quando a ameaça surge, só os especialistas a sentem, acabando por não conseguir fazer valer as suas razões, elas mesmas

tão contra a maré. O isolamento da comunidade científica, tão amargamente sentido, resulta, em primeiro lugar, de os especialistas serem muito poucos, mas também da falta de divulgação séria e pedagogicamente cuidada do seu trabalho. Dir-se-ia que a nossa herança cultural carece de ser devolvida à estima pública e que a forma mais eficaz e humana de a conservar é fazer-la sentir como própria a cada pessoa e, por inerência, aos colectivos. Se os valores patrimoniais não forem conhecidos, não serão certamente amados e muito menos defendidos. Seria hoje impossível propor a destruição das ruínas da cidade romana de Conimbriga para fazer passar sobre elas uma qualquer estrada. A importância que adquiriram no imaginário e nas vivências, de múltiplas e diferentes categorias de públicos, colocam-nas ao abrigo de destruição. A alguns quilómetros de distância apenas, em Santa Olaia no concelho da Figueira da Foz, nada impediu contudo que se destruísse a compreensão global de um sítio exemplar, onde os vestígios arqueológicos da presença do povo fenício conviviam ainda com a flora mediterrânica e onde a paisagem continua, perseverantemente e apesar de todos os atentados, a ser o documento mais esclarecedor da relação entre as terras interiores e os povos do mar. De facto, só a comunidade científica o sabia ler.

Os patrimónios arqueológico e arquitectónico ainda se doem a cada grande obra pública empreendida porque têm suporte físico, materialidade que é preciso derubar, arrasar, actos que os meios de comunicação social podem projectar à categoria de acontecimento mediático. Outras formas de património – o móvel e sobretudo o imaterial – perdem-se igualmente mas de forma mais silenciosa, à medida que se desagregam formas de viver tradicionais, se perdem saberes e comportamentos. O património etnográfico, por exemplo, não tem qualquer forma de reconhecimento que não seja aquele que algumas associações locais (as resistentes) e alguns pequenos museus lhe conferem. Entre nós basta verificar o recente desaparecimento da componente etnológica na transição IPPC para o IPPAAR<sup>5</sup> ou abandono a que está votado o Museu de Arte Popular, paredes meias com o Centro Cultural de Belém. Aliás, a tendência parece ser europeia, basta visitar o Musée des Arts et Traditions Populaires em Paris para constatar o estado de degradação a que chegou a museologia de Georges Henri Riviére e Claude Lévi-Strauss, na mesma cidade de La Villette<sup>6</sup>.

## MEMÓRIA E IDENTIDADE. QUAL O PAPEL DOS MUSEUS MUNICIPAIS?

Vivemos quotidianamente a experiência do uso da nossa memória individual e, ainda que não tenhamos nunca analisado os mecanismos do seu funcionamento, facilmente nos damos conta de que é o conjunto das nossas memórias que faz a nossa história pessoal e nos permite situarmo-nos no tempo.

2. Decreto – Lei n° 186/90 de 6 de Junho e Decreto Regulamentar n° 38/90 de 27 de Novembro.

3. Directiva n° 85/337/CEE do Conselho de 27 de Junho de 1985.

4. Decreto – Lei n° 186/90 de 6 de Junho, art. 48 n° 1.

5. IPPC = Instituto Português do Património Cultural.  
IPPAAR = Instituto Português do Património Arqueológico e Arquitectónico.

6. Falamos com o conhecimento da nossa observação em Agosto de 1993.

«...podemos observar que a nossa experiência do presente depende em grande medida do nosso conhecimento do passado. Entendemos o mundo presente num contexto que se liga causalmente a acontecimentos e objectos do passado e que, portanto, toma como referência acontecimentos e objectos que não estamos a viver ao vivermos o presente. E viveremos o nosso presente de forma diferente de acordo com os diferentes passados com que podemos relacioná-lo. Daí a dificuldade de extrair o nosso passado do nosso presente: não só porque os factores presentes tendem a influenciar – alguns diriam mesmo distorcer – as nossas recordações do passado, mas também porque os factores passados tendem a influenciar ou a distorcer a nossa vivência do presente. Este processo, deve sublinhar-se, penetra nos mais ínfimos e quotidianos pormenores das nossas vidas» (CONNERTON, 1993, 2).

Alguns cientistas sociais reconhecem a existência de memórias colectivas ou sociais e vêm estudando os seus mecanismos, particularmente a gestão que os estados fazem delas, enquanto materiais de autolegitimação. Outra linha de orientação tem estudado os mecanismos inconscientes que interferem na formação dessas memórias.

Paul Connerton, na sua obra *Como as sociedades recordam* (1993) elege ainda outra abordagem – pretende responder à pergunta como se transmite e conserva a memória dos grupos? Para tanto, estabelece uma distinção fundamental entre memórias inscritas e memórias incorporadas. Reinterpretando o pensamento do autor, dir-se-ia que as memórias inscritas correspondem ao património material, na sua maior extensão (documentos, monumentos, objectos de uso, ...) e têm, ao longo do tempo, sido interpretadas como textos; as memórias de tipo não inscrito, a que o autor chama memórias incorporadas, poderiam coincidir, pelo menos em grande parte, com o que se tem chamado património imaterial. Há, na prática da investigação social, maior dificuldade em abordar as memórias de tipo não inscrito do que aquelas que tem visibilidade material e a essa dificuldade corresponde a equivalente em conservar e gerir o património imaterial.

O conceito mais abrangente de património imaterial, capaz de exprimir a diversidade de manifestações que cabe nesta categoria de bens, parece ser o de *tradição*, compreendendo: gestos, hábitos, comportamentos, atitudes, maneiras de sentir, mundividências, ...; materiais transmitidos de geração em geração, sucessivamente incorporadas e conseqüentemente recriados, quer individual quer colectivamente, e retransmitidos em cadeia, ao ponto de formarem um fundo sedimentar de tal espessura temporal e assimilação mental e física, que se torna invisível aos seus próprios protagonistas, só se revelando quando confrontado com alteridades igualmente profundas. Ao termo «inscrito», opõe Paul Connerton o termo «incorporado», no sentido de que essas memórias foram sendo tão intrinsecamente assimiladas que se traduzem em automatismos corporais.

De um ponto de vista metodológico, é útil distinguir estas duas categorias de memória, como também há vantagem em distinguir entre património material e património imaterial. Contudo, para uma compreensão global da realidade é impossível não estabelecer uma articulação estreita entre ambos os campos. Qualquer documento

(memória inscrita: texto ou objecto) só é susceptível de interpretação no quadro de vida da sua produção e do seu uso, do mesmo modo que os hábitos e as mundividências dessa comunidade historicamente situada se exprimiram nos objectos que criou, usou e legou. Como compreender então isoladamente umas e outras memórias, um e o outro patrimónios?

A reflexão em torno desta articulação de memórias inscritas e incorporadas, de património material e imaterial tem, a nosso ver, uma particular validade para o estabelecimento dos projectos de trabalho dos museus municipais. A especificidade dos museus municipais decorre da sua tutela administrativa: são instituições que dependem das Câmaras Municipais, ou seja o órgão de governo local eleito pela população de um determinado território, em ordem a prosseguir os seus fins colectivos. Esta categoria de museus, apesar de muito sujeita a perversões, tem, ainda assim, ensaiado um entendimento alargado do objecto museológico, não o restringindo apenas às colecções *intra muros*, mas antes alargando-o à comunidade territorial correspondente à autarquia. Neste sentido, o território surge como primeiro e mais fundo suporte de inscrição, facilitando desde logo a relação coerente entre património natural e património cultural, mas também a articulação entre património material e património imaterial. Pelo seu enquadramento social e institucional, por norma, estes museus são chamados a investigar o património etnográfico da área da sua jurisdição, estando em posição privilegiada para recolher os vestígios materiais em referência aos seus sistemas de vida, hábitos quotidianos, ritos de passagem, trabalhos do campo ou ofícios tradicionais.

Ao elegerem uma comunidade territorial como objecto museológico assumem-se como museus identitários, no sentido em que perscrutam as raízes, formação e evolução dessa comunidade ao longo do tempo; guardam e conservam memórias de feitos colectivos, de modos de vida e de relação social, de uso do solo e de transformação da paisagem, de apreensão da natureza, do transcendente ou da morte; guardam e reinterpretam representações identitárias, imagens sucessivas que ao longo da história essa comunidade foi representando para si mesma e para os outros, resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação a que, em cada momento e também no presente, se chama a identidade cultural.

O que será a identidade cultural, senão o produto, num dado momento tão fugaz como os momentos que o precederam, da dialéctica entre tradição e mudança, herdado e criado, passado e presente?

Um projecto de trabalho de museu, orientado nesta ordem de valores, pode trabalhar a tradição de forma a tomá-la como matriz do desenvolvimento, como «reserva de símbolos e códigos para dar sentido à modernidade» (YAÑEZ-CASAL, no prelo).

O cenário esboçado ajusta-se bem ao quadro de pequenas comunidades de ruralidade profunda que povoam «ainda» o território de Portugal. Há, nestas comunidades, valores de relação parental e solidariedades vicinais tão arreigados e mecanismos tão vivos de transmissão e recriação dos materiais herdados que, ao invés de serem lidos como manifestações de atraso, poderiam ser potenciados como factores de desenvolvi-

mento, contributos inestimáveis para níveis de realização da felicidade individual e colectiva, verdadeiramente elevados.

### EM JEITO DE CONCLUSÃO

Temos hoje a sensação de que o discurso sobre o desenvolvimento foi uma das metanarrativas da modernidade. Como outros conceitos estruturantes desse paradigma, entre os quais o de ciência, encontra-se em crise, não só por causa das contradições e dos fracassos em que caiu, mas também porque a realidade social se apresenta tão diversa, tão ambígua e contingente, que incapaz de se deixar apreender em grandes conceitos ou de se projectar em grandes fins *pré-visíveis*. Algumas das ciências sociais, a economia e a sociologia especialmente, que, durante a fase áurea «desenvolvimentista», teorizaram sobre modelos e estratégias, parecem hoje encurraladas em becos sem saída e tendem a eximir-se de produzir pensamento nessa área, o que aliás poderá ser lido como apenas mais um aspecto da tendência constatável para não arriscar teorizações de modelos sociais globais. Talvez a crise possa transformar-se na oportunidade de aquelas ciências que, como a história ou a antropologia, nunca tiveram um peso relevante nas políticas do desenvolvimento, trazerem os seus contributos específicos para esse campo.

Para que, a todo o tempo – o nosso e o dos vindouros – se possa usufruir a herança legada pelas gerações precedentes, há que ter havido a lucidez e a urgência de registar e estudar o património imaterial, particularmente volátil, e de conservar e restaurar o património material, ambos continuamente agredidos pelos processos de mudança. Para isso são necessários centros de investigação e laboratórios de conservação.

### BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Adília (1983) – «Desventuras do património arqueológico», *Público*, 13 de Junho de 1993.
- ALARCÃO, Jorge de (1983) – «A dimensão antropológica da arqueologia», *Biblos*, Vol. LIX, pp. 470-477.
- CONNERTON, Paul (1993) – *Como as sociedades recordam*, Oeiras, Celta.
- GIL, Fernando Bragança (1993). – *Museologia: Ciência ou apenas prática profissional no Museu?: Lição inaugural do Mestrado em Museologia e Património da Universidade Nova de Lisboa*, 8 de Março, [texto policopiado].
- HENRIQUES, José Manuel (1990) – *Municípios e desenvolvimento. Caminhos possíveis*, Lisboa, Escher.
- IAÑEZ-CASAL, Adolfo (1993) – *Identidades culturais e desenvolvimento. Contribuições*, [no prelo].
- IAÑEZ-CASAL, Adolfo (1991) – «Antropologia e desenvolvimento», *Ethnologia*, nº 5.
- MEADOWS, Donella; MEADOWS, Dennis; RANDERS, Jorgen (1993) – *Além dos Limites: Da catástrofe total ao futuro sustentável*, Lisboa, Difusão Cultural.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1987) – *Um discurso sobre as ciências*, Porto, Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1993) – Modernidade, identidade e a cultura de fronteira, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nº 38, Dez., pp. 11-37.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1994) – *Pela mão de Alice, o social e o político na pós-modernidade*, Porto, Afrontamento. [Apud: «Agricultura Portuguesa», extracto da obra apresentado, em pré-publicação, no *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 11 de Maio de 1994].
- STATUTS DE L' ICOM ( s.d.) – Adoptés lors de la 11<sup>ème</sup> Assemblée générale de L' ICOM (Copenhague, 14 juin 1974) et incorporant les amendements adoptés lors de la 14<sup>ème</sup> Assemblée générale (Londres, 1er-2 août 1983) et de la 15<sup>ème</sup> Assemblée générale (Buenos-Aires, 4 novembre 1986), [s.l.].